

Alerta Legislação nº 42, de 14 a 19 out. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 900, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#)(*), e dá outras providências.

(*) *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.*

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 898, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a [Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004](#), que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino.

LEI Nº 13.887, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.064, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Institui o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes.

DECRETO Nº 10.060, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Regulamenta a [Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974](#), que dispõe sobre o trabalho temporário.

DECRETO Nº 10.054, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação da Casa da Moeda do Brasil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 64.527, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

Regulamenta a [Lei nº. 17.110, de 12 de julho de 2019](#), que proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico no Estado e dá outras providências

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
18/10/2019	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 900, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998(*), e dá outras providências. (*) <i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i> <u>LEI Nº 13.888, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.007.691.266,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>LEI Nº 13.887, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.886, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Altera as Leis nos 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.343, de 23 de agosto de 2006, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para acelerar a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas. <u>DECRETO Nº 10.071, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café. <u>DECRETO Nº 10.070, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Promulga o Acordo Multilateral de Busca e Salvamento, de 10 de maio de 1973. <u>DECRETO Nº 10.069, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Dispõe sobre o Conselho Nacional da Juventude.
17/10/2019	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica. (...) Art. 1º Esta Medida Provisória estabelece os requisitos e as condições para que a União e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio, nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional. (...) <u>LEI Nº 13.884, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019</u> Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, no âmbito do

	Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa. <u>DECRETO Nº 10.068, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019</u> Altera o Decreto nº 8.518, de 18 de setembro de 2015, que dispõe sobre a carteira de identidade de militar das Forças Armadas, o documento de identificação de seus dependentes e pensionistas e o documento de identificação dos integrantes da Marinha Mercante.
17/10/2019 (Ed. Extra)	<u>LEI Nº 13.885, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.
16/10/2019	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 898, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino. <u>DECRETO Nº 10.067, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a qualificação da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>DECRETO Nº 10.066, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
15/10/2019	RETIFICAÇÃO <u>DECRETO Nº 10.026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019</u> Regulamenta a Lei nº 13.648, de 11 de abril de 2018, que dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural. (Publicado no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2019, Seção 1) No caput do art. 37, onde se lê: "Art. 37. A multa será aplicada independentemente de outras sanções previstas neste Decreto, ainda que o infrator seja primário, nas hipóteses das infrações a que se referem os incisos I a VIII do caput do art. 29." Leia-se: "Art. 37. A multa, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), será aplicada independentemente de outras sanções previstas neste Decreto, ainda que o infrator seja primário, nas hipóteses das infrações a que se referem os incisos I a XIV e XVI a XVIII do caput do art. 29." (...) <u>DECRETO Nº 10.065, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019</u> Dispõe sobre a qualificação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec no âmbito do Programa de

Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

DECRETO Nº 10.064, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Institui o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes.

DECRETO Nº 10.063, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.

DECRETO Nº 10.062, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Institui o Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

DECRETO Nº 10.061, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Quebec, firmado em Brasília, em 26 de outubro de 2011.

DECRETO Nº 10.060, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Regulamenta a [Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974](#), que dispõe sobre o trabalho temporário.

DECRETO Nº 10.058, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a execução do Octogésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (85PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai.

DECRETO Nº 10.057, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

DECRETO Nº 10.056, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Institui a Comissão Nacional de Atletas.

DECRETO Nº 10.055, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atendimento socioeducativo, para fins de elaboração de estudos das alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades socioeducativas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

DECRETO Nº 10.054, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação da Casa da Moeda do Brasil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

DA UNIÃO	
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) <u>RESOLUÇÃO Nº 85, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019</u> Aprovar a celebração pela União de memorando de entendimentos com vistas a estabelecer diretrizes de assuntos relativos à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, visando sua desestatização.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Estabelecer as regras sobre o recolhimento, transporte, processamento e destinação de animais mortos e resíduos da produção pecuária como alternativa para a sua eliminação nos estabelecimentos rurais, na forma desta Instrução Normativa. Parágrafo único. Esta Instrução Normativa deve ser aplicada em consonância com as demais legislações de defesa sanitária animal. (...)
Ministério da Cidadania	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM <u>PORTARIA Nº 333, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019</u> Institui o Comitê de Gestão do Instituto Brasileiro de Museus e dá outras providências.
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 5.557, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019</u> Institui a Política de Movimentação de Pessoal no âmbito da Administração Central e Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 563, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Altera o Anexo I do <u>Decreto nº 9.611, de 14 de dezembro de 2018</u>, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2019 das empresas estatais federais. BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.755, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Autoriza a composição de dívidas decorrentes de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais ou suas cooperativas de produção. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES <u>RESOLUÇÃO Nº 3.524, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Alterar a alínea "a" do parágrafo 1º do art. 8º, do Regulamento Geral de Operações - RGO do BNDES, aprovado pela Resolução DIR nº 1.467 - BNDES, de 31 de julho de 2007, para

que passe a vigorar com a seguinte redação:
Art. 8º - O BNDES pode prestar sua colaboração financeira, nos termos deste Regulamento e da legislação específica, a:
(...)

RESOLUÇÃO Nº 3.523, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

(...)

Art. 1º Alterar o art. 5º, inciso VI, o art. 6º, inciso V, bem como o art. 47, caput e parágrafos primeiro e terceiro, da Resolução DIR nº 665 - BNDES, de 10 de dezembro de 1987 (Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES), para que passem a vigorar com a seguinte redação:

(...)

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

→ **Diretoria de Licenciamento**

PORTARIA Nº 886, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

(...)

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Setorial Instituído Viva Mais

Previdência, CNPB nº 2019.0025-74, administrado pela Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social, e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade fechada comunique o início de funcionamento do Plano à Previc.

(...)

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.911, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019

Regulamenta a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 1.144, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

(...)

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de outubro de 2019, os fatores de atualização:

(...)

PORTARIA Nº 1.143, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

(...)

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de setembro de 2019, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 1.284,53 (um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

(...)

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

→ **SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO**

NORMA DE EXECUÇÃO Nº 113, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a execução da modalidade denominada Qualificação Presencial no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil.

	SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA → Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 23, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019</u> (*) Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. (*) Republicado por ter sido publicado com incorreção no DOU de 10.10.2019, Seção 1, página 53. SECRETARIA EXECUTIVA <u>PORTARIA Nº 6.313, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019</u> Subdelega competência e disciplina o programa de gestão em experiência-piloto no âmbito do Ministério da Economia e dá outras providências
Ministério da Educação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 538, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Institui Força-Tarefa no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para atuação na extração, tratamento, análise e carga dos dados referentes ao Censo Escolar 2020 nos sistemas e demais dispositivos de tecnologia da informação relacionados às políticas públicas de educação.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 770, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019</u> Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.
Ministério de Minas e Energia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 389, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existente, denominados: (...)
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.722, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Estabelece incentivo financeiro para implementação e fortalecimento das ações de ampliação da cobertura vacinal da Tríplice Viral e de prevenção, controle do surto e interrupção da cadeia de transmissão do sarampo e outros agravos imunopreveníveis, no âmbito da Vigilância em Saúde e Atenção Primária à Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 315, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019</u>

	Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
Ministério do Turismo	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR <u>PORTARIA Nº 170, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019</u> (...) Art. 1º Instituir, no âmbito da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo, o Comitê de Avaliação de Projetos de Patrocínio, de natureza consultiva e de caráter permanente. (...)
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
19/10/2019	<u>LEI Nº 17.183, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 783, de 2019, do Deputado Heni Ozi Cukier – NOVO) Institui a Política Estadual sobre Drogas, o Fundo Estadual Antidrogas e dá outras providências
18/10/2019	<u>LEI Nº 17.181, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019</u> Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, bancos privados nacionais ou internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 64.385, DE 13 DE AGOSTO DE 2019</u> Retificação do D.O. de 14-8-2019 No item 2, do parágrafo único do artigo 4º, leia-se como segue e não como constou: 2. ser nascido, residente ou possuir trajetória profissional comprovada e consolidada no Estado de São Paulo;
17/10/2019	<u>DECRETO Nº 64.530, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019</u> Altera o Anexo Único a que se refere o artigo 2º do <u>Decreto nº 64.164, de 3 de abril de 2019</u> , que dispõe sobre o uso de dependências dos Palácios do Governo e dá providências correlatas
16/10/2019	<u>DECRETO Nº 64.527, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u> Regulamenta a <u>Lei nº. 17.110, de 12 de julho de 2019</u> , que proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico no Estado e dá outras providências <u>DECRETO Nº 64.526, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019</u>

	Cria a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico de São Paulo (CEZEE-SP)
15/10/2019	<u>LEI Nº 17.173, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 240, de 2019, do Deputado Tenente Coimbra – PSL) Dispõe sobre o desembarque de mulheres, idosos e pessoas com deficiência nos transportes metropolitanos de baixa e média capacidade nas Regiões Metropolitanas do Estado
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico (SDE)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS 2718, DE 14-10-2019</u> Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2020, para ingresso na 1ª série do Ensino Médio, em todos os seus formatos, no 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e <i>on-line</i>), cadastro de reserva para acesso às vagas remanescentes da 2ª série do Ensino Médio e do 2º módulo dos Cursos do Ensino Técnico e para os Cursos de Especialização técnica de nível médio das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza-Ceeteps
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 56, DE 17-10-2019</u> Altera o anexo I das Resoluções SEDUC 40 e 41, de 23-08-2019, que estabelecem critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar – Ano 2020
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP Nº 86, DE 08-10-2019</u> Institui o Regimento Interno da Corregedoria da Fiscalização Tributária - CORFISP
Governo (SG)	FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO (FUSSP) <u>PORTARIA FUSSP/GP Nº 14, DE 11-10-2019</u> Institui “Selo Beleza Social” no âmbito da Escola de Beleza, Estética e Bem-Estar do Programa Escola de Qualificação Profissional, e dá providências correlatas
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 102, DE 18-10-2019</u> Dispõe sobre a regulamentação do estágio curricular destinado a

	estudantes de cursos regulares de nível médio, médio profissionalizante e superior no âmbito da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS-100, DE 18-10-2019</u> Aprova o Protocolo Clínico e as diretrizes para o controle do tabagismo, inserido no Programa respectivo, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 97, DE 14-1-02019</u> Dispõe sobre a realização de Consulta Pública Virtual, visando à elaboração do Plano Estadual de Saúde- PES 2020-2023, e dá providências correlatas
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-73, DE 16-10-2019 (REPUBLICADA*)</u> Fixa normas gerais para o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação para o ano letivo de 2020 (* Publicada novamente por ter saído com incorreções.)
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG N. 168, DE 14-10-2019</u> Altera o Ato Normativo DPG n. 80, de 21-01-2014 para o fim de complementar a regulamentação das atribuições da Controladoria-Geral
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
18/10/2019	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 17, DE 2019, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Acrescenta o § 4º ao artigo 180 da Constituição Estadual. (...) Artigo 1º - Fica acrescido o § 4º, ao artigo 180 da Constituição do Estado de São Paulo, com a redação que segue: "Artigo 180 - (...) § 4º - Além das exceções contempladas nas alíneas do inciso VII deste artigo, as áreas institucionais poderão ter sua destinação, fim e objetivos originais alterados para a implantação de programas habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública." (NR) (...) DOE, Legislativo, 18/10/2019, p. 7 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1177, DE 2019</u> Institui e define diretrizes para a Política Pública "Menstruação Sem Tabu" de Conscientização sobre a Menstruação e a Universalização do Acesso a Absorventes Higiênicos, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 18/10/2019, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1176, DE 2019</u>

	Isenta da tarifa de pedágio os veículos de propriedade de pessoas portadores de doenças graves, degenerativas, transtorno do espectro autista, e com deficiência (...) DOE, Legislativo, 18/10/2019, p. 7
17/10/2019	<u>PROJETO DE LEI Nº 1112, DE 2019</u> [Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2020.] RETIFICAÇÃO Leia-se como segue e não como constou: (...) ANEXO III DEMONSTRATIVO DOS EFEITOS, SOBRE AS RECEITAS E DESPESAS, DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA (...) DOE, Legislativo, 17/10/2019, p. 11 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 59/2019 ALERTA AO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO Inciso II do Art. 59, § 1º da LRF – Despesas com Pessoal 2º quadrimestre de 2019 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do Art. 59, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, tendo em vista o resultado das análises contábeis dos dados de receita e despesa do 2º QUADRIMESTRE DE 2019 ter indicado que as despesas de pessoal do Poder Judiciário Estadual resultaram em 5,60% da Receita Corrente Líquida, representando 94,12% do limite estabelecido no Art. 20, inciso II, letra "b" da referida LRF, ALERTA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Desembargador MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS, para que observe os termos dos Arts. 21 a 23 da referida LRF e ADOTE as providências que lhe cabe para evitar a extrapolação, no ano, do limite legalmente estabelecido para tais despesas. Os documentos das análises contábeis realizadas pela fiscalização, a cargo da 3ª Diretoria de Fiscalização, estão disponíveis no processo eTC-13528/989/19 – Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Ofício GC.DER nº 2034/2019, recebido por esta Presidência, do e. Conselheiro, Dr. DIMAS EDUARDO RAMALHO, relator do processo que abriga a prestação de contas do TJ-SP, relativas ao ano 2019. O percentual de 5,60% atende o quanto deliberado no processo TC-A07019/026/19 publicado no DOE de 12/09/19. Publique-se, conforme ATO GP nº 05/2019. GP, 16 de outubro de 2019. ANTONIO ROQUE CITADINI Presidente DOE, Legislativo, 17/10/2019, p. 46

16/10/2019

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 1174, DE 2019

Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências.

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1173, DE 2019

Dispõe sobre o afastamento escolar de crianças com doenças contagiosas.

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1172, DE 2019

Dispõe sobre a isenção de pedágio para pessoas portadoras de necessidades especiais, surdos, cegos, também as que sofram de doenças crônicas e doenças graves consideradas no rol de doenças graves e degenerativas, assim como portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e síndrome de Down; que necessitem de tratamento de saúde ou terapêutico fora do seu município, cujo deslocamento tenha no trajeto a cobrança de pedágio.

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1171, DE 2019

Restringe no âmbito do estado de São Paulo a implantação de portarias virtuais em condomínios habitacionais.

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1170, DE 2019

Institui o Prêmio Jovens Escritores nas Escolas Públicas do Estado de São Paulo, com a finalidade de incentivar os jovens à literatura.

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1169, DE 2019

Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Pipa e sua prática".

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 1166, DE 2019

Obriga as empresas, lojas, concessionárias ou estabelecimentos congêneres que comercializem veículos automotores seminovos ou usados a disponibilizarem ao comprador laudo cautelar veicular, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 11](#)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2019

Dispõe sobre a prestação de contas da gestão financeira e patrimonial da unidade gestora, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, exercício de 2015.

[DOE, Legislativo, 16/10/2019, p. 15](#)

**Publicação
DO - Cidade**

SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

19/10/2019	<u>LEI Nº 17.216, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019</u> (PROJETO DE LEI Nº 611/18, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a desestatização dos bens municipais que especifica, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização e estabelece providências correlatas.
17/10/2019	<u>LEI Nº 17.202, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019</u> (PROJETO DE LEI Nº 171/19, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a regularização de edificações, condicionada, quando necessário, à realização de obras, nos termos da previsão do art. 367 do Plano Diretor Estratégico.
15/10/2019	<u>LEI Nº 17.201, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019</u> (PROJETO DE LEI Nº 500/17 - diversos vereadores) Veda a exigência de contrapartida adicional às Santas Casas e às Unidades Hospitalares Filantrópicas e Entidades sem fins lucrativos, inclusive serviços assistenciais complementares, ambulatoriais e hospitalares, contempladas com emendas parlamentares destinadas à saúde no âmbito do Município de São Paulo. <u>LEI Nº 17.200, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019</u> (PROJETO DE LEI Nº 613/18, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Altera a Lei nº 10.726, de 8 de maio de 1989, dispondo sobre a prorrogação da licença-paternidade aos servidores municipais; altera a Lei nº 14.938, de 30 de junho de 2009, que institui o Prêmio de Desempenho Educacional.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates

ebrates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107